

**Demonstrações Contábeis
Companhia Docas do Espírito Santo – CODESA
31 de dezembro de 2015
Com Relatório dos Auditores Independentes**



Conteúdo

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis ..	3
Balanco patrimonial	8
Demonstração de resultado do período.....	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstração dos fluxos de caixa	11
Demonstração do valor adicionado.....	12
Balanco social	13
Notas explicativas às demonstrações contábeis	14



Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia Docas do Espírito Santo – CODESA
Vitória – ES

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, demonstração do valor adicionado, balanço social, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e



adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

- a) Conforme mencionado na Nota Explicativa nr. 9, a CODESA possui registrado o montante de R\$34.645.763, em 31 de dezembro de 2015 (R\$33.879.796 em 31/12/2014) referente a depósitos judiciais. Até a data da conclusão dos nossos trabalhos, não recebemos respostas das cartas de circularização das consultorias jurídicas, interna e externa da Companhia.
- b) A Companhia possuía em 31/12/2015 saldo a receber da ordem de R\$7.067.916 referente a pagamento de despesas médicas e odontológicas utilizadas por ex-funcionários e seus dependentes. Ressalta-se que esse montante, por ter feito parte das despesas dos períodos em que foram incorridas, está registrado como resultado acumulado no patrimônio líquido, quando deveria ter sido registrado como crédito a receber no ativo, tendo assim ficado o resultado do exercício e o Patrimônio Líquido reduzidos no valor acima controlado extra-contabilmente. No exercício de 2015 a Companhia recuperou o montante de R\$568.073 mediante reembolso feito pelos usuários. Conforme mencionado na Nota Explicativa nr. 6.1, a Companhia vem envidando esforços, o qual depende de formalização em acordo coletivo para efeito da continuidade da utilização do plano de saúde por ex-funcionários e, assim visando estabelecer procedimentos de controle dos gastos com assistência médica e odontológica pelos mesmos.
- c) Conforme mencionado na Nota Explicativa nr. 12.1, os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. No exercício de 2014 a Companhia contratou consultoria externa para realizar o teste de redução ao valor recuperável de ativos (*impairment test*) e a contagem física de seus bens, sendo os trabalhos finalizados em fevereiro de 2015. O teste de redução ao valor recuperável de ativos feito em 30 de novembro de 2014 com base no relatório apresentado pela consultoria externa, não apontou a existência de possíveis perdas sobre os



saldos consignados na contabilidade. A contagem física dos bens foi realizada de forma parcial, destacando que os bens das contas de instalações, edificações e *softwares*, não foram inventariados.

No exercício de 2015, a Companhia não realizou a contagem física dos bens patrimoniais. Conforme mencionado na Nota Explicativa nr. 12.1, para fins de apuração da depreciação e amortização acumuladas dos bens de ativo permanente, a CODESA considerou as taxas admitidas pela legislação fiscal, sem a revisão da estimativa de prazo de vida-útil econômica dos bens, em função das expectativas de prazos de benefícios econômicos futuros, bem como não realizou a determinação do valor residual e valor depreciável, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 27. Como consequência, não nos foi possível verificar se havia a necessidade de ajustes a serem feitos no saldo da depreciação e amortização acumuladas e os possíveis reflexos nas referidas demonstrações contábeis.

A Administração da Companhia julgou não ser necessária a avaliação da recuperabilidade dos seus ativos, conforme estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 01. A ausência dessa análise constitui uma limitação de escopo de nossos trabalhos, e, conseqüentemente, não temos condições de avaliar a existência de possíveis perdas sobre os saldos consignados na contabilidade em 31 de dezembro de 2015.

Diante desse contexto, não nos foi possível opinar sobre o saldo dos bens do ativo permanente da CODESA, e os possíveis efeitos contábeis e fiscais com base nos saldos consignados na contabilidade em 31 de dezembro de 2015.

- d) Conforme mencionado na Nota Explicativa nr. 12.1, Companhia vinha reconhecendo desde julho de 2012, na apuração do resultado do exercício, a despesa de depreciação dos bens móveis e imóveis a valores constantes. Em dezembro de 2014, como parte do assunto mencionado na letra "c" supra, a CODESA registrou em contrapartida do patrimônio líquido crédito no montante de R\$2.002.266, sendo R\$1.259.111 referente aos exercícios de 2012 e 2013. Diante do que já foi exposto na letra "c" supra, não nos foi possível opinar sobre o saldo dos bens do ativo permanente da CODESA, e os possíveis efeitos contábeis e fiscais com base nos saldos consignados na contabilidade em 31 de dezembro de 2015.
- e) Conforme mencionado na Nota Explicativa nr. 31, a CODESA é uma das patrocinadoras do PORTUS – Instituto de Seguridade Social, Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC, criada em 01/04/1979, para a suplementação de benefícios aos seus filiados, com o compromisso de contribuir



mensalmente com parcelas proporcionais à paridade contributiva entre Patrocinadoras e Participantes, cuja contribuição está respaldada na Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/1998, fiscalizado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC em substituição a Secretaria de Previdência Complementar – SPC/MPS do Ministério da Previdência e Assistência Social. A Administração da CODESA, em relação à dívida das contribuições normais, extraordinárias e do *déficit* no montante aproximado de R\$139.546.252,94, em 05 de março de 2015, tem optado por não registrar nas Demonstrações Contábeis, conforme estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 33, os valores apresentados pelo PORTUS, tendo em vista que a Companhia contesta a dívida. Até o encerramento dos nossos trabalhos, não obtivemos documentação do PORTUS que evidencie o valor apresentado na Nota Explicativa nr. 31 em 31 de dezembro de 2011.

Opinião

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos no parágrafo “base para opinião com ressalva” as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA em 31 de dezembro de 2015 e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

A Companhia registrou em 31 de dezembro de 2015, reversão de provisão de passivos contingentes relativa a ações judiciais trabalhistas e civis no montante de R\$4.944.909 e de R\$449.091, respectivamente. Conforme mencionado na Nota Explicativa nr. 21, essa reversão foi feita com base na melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar o valor que a CODESA racionalmente pagaria para liquidar a obrigação na data do balanço, mediante estimativas do desfecho e do efeito financeiro determinados pelo julgamento da Administração da Companhia.

Em agosto de 2015 o Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST se manifestou, mediante análise técnica, favorável a Participação nos Lucros e Resultados - PLR 2015 da CODESA, submetendo à análise e manifestação da Secretária de Portos da Presidência da República - SEP, cuja manifestação favorável, desde que cumpridas as condicionantes relacionadas, se deu em setembro de 2015. Contudo, a PLR 2015 da CODESA tem seu pagamento



condicionado à solução da sua inscrição no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações contábeis de exercícios anteriores

O exame das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi conduzido sob a nossa responsabilidade, que emitimos relatório de auditoria datado de 03 de março de 2015, contendo ressalvas sobre (i) divergência entre o saldo contábil e o extrato do Banco do Brasil dos depósitos judiciais em 31/12/2014 (ii) o não reconhecimento no ativo das despesas médicas e odontológicas utilizadas por ex-funcionários (iii) durante o período de execução da Auditoria, a Companhia vinha realizando o teste de redução ao valor recuperável de ativos (*impairment test*), bem como, realizando a contagem física de seus bens e reconhecimento pela companhia, desde julho de 2012, de cotas de depreciação dos bens móveis e imóveis a valores constantes; (iv) de acordo com opinião dos consultores jurídicos da Companhia (consultoria interna e externa) nenhuma provisão foi constituída no exercício de 2014, no entanto, não foi apresentado o relatório com os apontamentos das contingências passivas; e (v) a CODESA optou por não registrar nas suas demonstrações contábeis os valores apresentados pelo PORTUS, tendo em vista que a Companhia contesta o valor da dívida.

Vitória - ES, 10 de março de 2016.

HM & Z CONSULTING – AUDITORES E CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA

CRC-ES nº. 002591/O

Fernando Nascimento Zatta

Contador CRC-ES nº. 5497/O

Lafaiete Jorge Siqueira Ferreira

Contador CRC-ES nº. 11.213/O

Cristiana de Alencar Silva

Contadora CRC-ES nº. 16.933/O

COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA
Balço patrimonial em 31 de dezembro
(Em reais)

Ativo	Nota	2015	2014	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2015	2014
Circulante				Circulante			
Bancos conta movimento	4	181.720	49.227	Fornecedores	13	1.743.657	2.233.441
Aplicações financeiras	4	67.135.449	57.212.788	Obrigações sociais e assistenciais	14	4.908.010	4.679.224
Bancos - SIAFI/Convênio SEP	4	6.710.490	18.395.127	Obrigações fiscais e trabalhistas	15	7.289.141	6.950.997
Clientes	5.1	6.696.697	4.774.253	Empréstimos e financiamentos	16	1.550.500	1.550.500
(-) Prov. p/perdas recebimento crédito	5.1	(1.015.250)	(762.068)	PSP - adiantamentos de clientes	17	1.434.021	1.305.127
Devedores diversos	5.2	10.860	9.714	Credores por depósitos caucionados	17	11.601	17.325
Adiantamentos a funcionários	6	1.837.351	1.671.871	Depósitos contribuições e consignações a recolher	18	1.898.424	1.572.000
Impostos a compensar/recuperar	7	5.437.933	4.507.535	Impostos s/ serviços e repasses	19	1.644.725	1.829.554
Almoxarifado		95.235	177.075	Créditos de arrendamentos e cessão de uso de areas	20	4.109.091	5.418.182
Valores a apropriar	5.3	65.030	2.000	Provisões para contingências	21	5.439.566	5.490.451
Despesas antecipadas	8	236.400	586.741	PLR Particip. Empregados nos Resultados	23.1	742.552	-
				Dividendos	23.2	3.023.254	3.833.025
				Outras obrigações	24	972.865	935.769
Total do Ativo Circulante		87.391.915	86.624.263	Total do Passivo Circulante		34.767.407	35.815.595
Não Circulante				Não Circulante			
Realizável a longo prazo				Obrigações fiscais e trabalhistas	15	16.029.001	17.305.437
Depósitos para recursos judiciais	9	34.645.763	33.879.796	Empréstimos e financiamentos	16	202.923	940.268
Usuários c/ liminar		142.880	142.880	Créditos de arrendamentos e cessão de uso de areas	20	32.000.001	34.000.001
Clientes longo prazo	10	627.361	628.583	Provisões para contingências	21	15.813.497	25.580.448
Outros valores a receber	11	4.593.187	4.255.374	Obrigações Societárias - AFAC (Reclassificado 2014)	22	60.340.844	22.186.161
				Outras obrigações	24	4.123.136	-
Total do Realizável a Longo Prazo		40.009.190	38.906.633	Total do Passivo Não Circulante		128.509.402	100.012.315
Investimento		1.587	1.587	Patrimônio Líquido	25		
Imobilizado	12.1	454.778.148	386.123.961	Capital social integralizado	25.1	297.940.097	273.490.299
Intangível	12.2	8.241.362	6.969.950	Reserva legal	25.2	1.316.768	759.854
Depreciação e amortização		(107.319.687)	(97.049.255)	Reserva retenção de lucros	25.3	20.568.839	11.499.076
Total do Ativo Não Circulante		395.710.600	334.952.876	Total do Patrimônio Líquido		319.825.705	285.749.229
Total do Ativo		483.102.514	421.577.139	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		483.102.514	421.577.139

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA
Demonstração do resultado dos exercícios
findos em 31 de dezembro
(Em reais)

	Nota	2015	2014
Receita operacional bruta		132.951.965	130.443.179
Receita da operação portuária		104.672.533	99.901.251
Outras receitas operacionais		28.279.432	30.541.928
Dedução da receita		(14.683.581)	(14.605.318)
Receita operacional líquida	26	118.268.385	115.837.861
Custos dos serviços prestados	27		
Custos da operação portuária		(55.279.305)	(51.644.325)
Lucro bruto		62.989.079	64.193.536
Despesas operacionais	28		
Despesas administrativas		(55.549.228)	(49.287.966)
Despesas tributárias		(1.171.451)	(899.793)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		6.268.401	14.005.777
Receitas (Despesas) financeiras líquidas	29	499.349	826.166
Outras receitas (despesas) operacionais	30	6.385.233	4.139.359
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		13.152.982	18.971.302
Imposto de renda e contribuição social		(1.272.144)	(3.774.228)
Lucro líquido antes participações		11.880.839	15.197.074
(-) Participação empregados (6,25%)		(742.552)	-
Lucro líquido após participações		11.138.286	15.197.074
Quantidade de ações do capital social integralizado		2.316.177.141	2.133.616.722
Lucro por ação		0,0051	0,0071

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA
 Demonstração das mutações do patrimônio líquido
 em 31 de dezembro de 2015

(Em reais)

Discriminação	Capital social	Reserva Legal	Reservas de retenção de lucros	Reservas de capital	Resultados acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31/12/2013	300.342.654	-	-	51.069.768	(77.526.936)	273.885.486
(-) Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	-	894.881	894.881
Aumento de capital	50.674.581	-	-	(50.674.581)	-	-
Redução de capital	(77.526.936)	-	-	-	77.526.936	-
Créditos de acionistas para futuro aumento de capital	-	-	-	(395.187)	-	(395.187)
Resultado abrangente do período	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	15.197.074	15.197.074
Destinação do lucro líquido:						-
Reserva legal	-	759.854	-	-	(759.854)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	11.499.076	-	(11.499.076)	-
Dividendo mínimo	-	-	-	-	(3.833.025)	(3.833.025)
Saldos em 31/12/2014	273.490.299	759.854	11.499.076	-	-	285.749.229
Ajustes Exercícios Anteriores	-	-	-	-	1.511.646	1.511.646
Aumento de capital	24.449.799	-	-	-	-	24.449.799
Redução de capital	-	-	-	-	-	-
Créditos de acionistas para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-
Resultado abrangente do período	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	11.138.286	11.138.286
Destinação do lucro líquido:						
Reserva legal	-	556.914	-	-	(556.914)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	9.069.763	-	(9.069.763)	-
Dividendo mínimo	-	-	-	-	(3.023.254)	(3.023.254)
Saldos em 31/12/2015	297.940.097	1.316.768	20.568.839	-	-	319.825.705

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO – CODESA**COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA****Demonstração dos fluxos de caixa**
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em reais)

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2015	2014
Lucro (Prejuízo) Líquido	11.138.286	15.197.074
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com caixa líquido		
Aplicado/Obtido nas/das Atividades Operacionais		
Depreciação e amortização	10.406.632	10.262.119
Ajustes de exercícios anteriores	1.511.646	894.881
Outros não caixa	4.093.872	-
Prejuízo (lucro) na venda de bens do imobilizado	302.714	(2.650)
Variação monetária de crédito acionistas	5.467.199	5.503.856
Aumento (diminuição) das contas dos grupos do ativo e passivo circulantes e não circulantes		
Duplicatas a receber	(1.668.041)	(405.170)
Almoxarifado	81.840	(131.759)
Despesas antecipadas	350.342	(571.127)
Outros créditos curto e longo prazo	(2.123.752)	(4.393.362)
Fornecedores	(489.784)	(1.458.014)
Impostos a recolher	(796.697)	1.548.067
Salários e encargos sociais	327.558	529.165
Receitas diferidas	(3.309.091)	(2.654.546)
Aumento em provisões p/ ações judiciais	(4.423.837)	(6.650.903)
Outros débitos/contas a pagar - curto e longo prazo (Reclassificado 2014)	(4.733.514)	(5.659.229)
Convênio SEP	2.103.382	1.296.564
Caixa líquido obtido/(aplicado) nas atividades operacionais	18.238.755	13.304.966
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(65.424.226)	(33.785.130)
Aquisição de bens do ativo intangível	(1.320.293)	(10.400)
Baixa de bens do ativo imobilizado	1.078.084	1.103.121
Caixa líquido obtido/(aplicado) nas atividades de investimentos	(65.666.435)	(32.692.409)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Amortização de empréstimos	(737.345)	(751.046)
Recursos financeiros da união para investimento do imobilizado	8.196.312	26.159.459
Recursos financeiros / convênio SEP	3.488.325	(517.821)
Recursos financeiros da união para aumento de capital	44.524.762	8.401.331
Pagamento de Dividendos (Reclassificado 2014)	2.010.779	3.833.025
Caixa líquido obtido das atividades de financiamentos	57.482.834	37.124.948
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	10.055.154	17.737.505
CAIXA E EQUIVALENTES CAIXA EM 1º DE JANEIRO DE 2015	57.262.015	39.524.510
CAIXA E EQUIVALENTES CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	67.317.169	57.262.015

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO – CODESA

COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA

Demonstração do valor adicionado

findos em 31 de dezembro

(Em reais)

	2015	2014
Receitas	131.506.523	132.008.171
Receita da operação portuária	104.672.533	99.901.251
Receita de arrendamentos	28.279.432	30.541.928
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(253.183)	(585.008)
Ganho (perda) na alienação de ativos imobilizados	(1.192.259)	2.150.000
Insumos adquiridos de terceiros	(23.677.175)	(19.589.415)
Materiais, água, energia, serviços de terceiros	(19.095.113)	(18.848.015)
Outros custos	(4.582.062)	(741.400)
Valor adicionado bruto produzido pela entidade	107.829.348	112.418.756
Depreciação/amortização	(10.406.632)	(10.262.119)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	97.422.716	102.156.637
Valor adicionado recebido em transferência	15.804.983	11.228.358
Receitas financeiras	8.227.490	8.760.698
Outras	7.577.493	2.467.660
Valor adicionado a distribuir	113.227.698	113.384.995
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	(77.334.822)	(70.974.050)
Remuneração direta	(58.272.419)	(52.446.463)
Benefícios a empregados	(14.830.334)	(14.721.866)
FGTS	(3.072.498)	(2.752.957)
Honorários da diretoria	(1.159.570)	(1.052.764)
Tributos	(16.940.960)	(19.279.339)
Federais (Reclassificado 2014)	(14.612.111)	(16.728.118)
Estaduais e municipais (Reclassificado 2014)	(2.328.849)	(2.551.221)
Remuneração de capitais de terceiros	(7.813.631)	(7.934.532)
Despesas financeiras	(7.813.631)	(7.934.532)
Remuneração de capitais próprios	11.138.286	15.197.074
Dividendos propostos	(3.023.254)	(3.833.025)
Lucros retidos/resultado exercício	(9.069.763)	(11.499.076)
Reserva legal	(556.914)	(759.854)
Ajustes exercícios anteriores	1.511.646	894.881

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO – CODESA

COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA

Balço Social

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

1 - Base de Cálculo	2015 Valor (Mil reais)			2014 Valor (Mil reais)		
Receita líquida (RL)	118.268.385			115.837.861		
Resultado operacional (RO)	13.152.982			18.971.302		
Folha de pagamento bruta (FPB)	65.042.234			61.014.290		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)			Valor (mil)		
Alimentação	3.914.167	6,02%	3,31%	3.758.645	6,16%	3,24%
Encargos sociais compulsórios	14.720.860	22,63%	12,45%	16.358.032	26,81%	14,12%
Previdência privada	2.442.664	3,76%	2,07%	2.207.415	3,62%	1,91%
Saúde	6.732.383	10,35%	5,69%	4.934.349	8,09%	4,26%
Segurança e saúde no trabalho	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Educação	394.853	0,61%	0,33%	22.296	0,04%	0,02%
Cultura	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	347.102	0,53%	0,29%	242.136	0,40%	0,21%
Creches ou auxílio-creche	326.828	0,50%	0,28%	685.199	1,12%	0,59%
Participação nos lucros ou resultados	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	2.518.452	3,87%	2,13%	1.583.179	2,59%	1,37%
Total - Indicadores sociais internos	31.397.308	48,27%	26,55%	29.791.251	48,83%	25,72%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)			Valor (mil)		
Educação	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Cultura	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Saúde e saneamento	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Esporte	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	0	0,00%	0,00%	100.000	0,53%	0,09%
Total das contribuições para a sociedade	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Tributos (excluídos encargos sociais)	2.110.626	16,05%	1,78%	4.557.473	24,02%	3,93%
Total - Indicadores sociais externos	2.110.626	16,05%	1,78%	4.657.473	24,55%	4,02%
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)			Valor (mil)		
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	1.259.605	9,58%	1,07%	57.684	0,30%	0,05%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	0	0,00%	0,00%	43.096	0,23%	0,04%
Total dos investimentos em meio ambiente	1.259.605	9,58%	1,07%	100.780	0,53%	0,09%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa (*)	<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%			<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional						
Nº de empregados(as) ao final do período	335			340		
Nº de admissões durante o período	4			5		
Nº de estagiários(as)	57			58		
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	5			5		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2015 Valor (Mil reais)			Metas 2016		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	13,09			-		
Número total de acidentes de trabalho	3			0		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por (*):	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> todos(as) + Cipa	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input checked="" type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input checked="" type="checkbox"/> seguirá as normas da OIT	<input type="checkbox"/> incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla (**):	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input checked="" type="checkbox"/> são sugeridos	<input type="checkbox"/> são exigidos	<input type="checkbox"/> não serão considerados	<input checked="" type="checkbox"/> serão sugeridos	<input type="checkbox"/> serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<input checked="" type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apóia	<input type="checkbox"/> organiza e incentiva	<input checked="" type="checkbox"/> não se envolverá	<input type="checkbox"/> apoiará	<input type="checkbox"/> organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa	no Procon	na Justiça	na empresa	no Procon	na Justiça
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 100%	no Procon	na Justiça	na empresa	no Procon	na Justiça
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2015: 113.227.698			Em 2014: 113.384.995		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	15,7 % governo; 71,4 % colaboradores(as); 1,7 % acionistas; 7,2 % terceiros; 5,1 % retido;			16,2% governo; 67,6 % colaboradores; 0,0 % acionistas; 8,8 % terceiros; 0% retido		
7 - Outras Informações						
(*) Metas para minimizar resíduos: projeto em andamento.						
(*) Os padrões de Segurança e salubridade no ambiente de trabalho utilizados na CODESA estão de acordo com a Lei 4.860/65 e a Portaria 25/82 da DTM.						
(**) Previdência Privada: os funcionários admitidos a partir de 2009 ainda não estão contemplados.						

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**

Em reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA, sociedade de Economia Mista Federal, vinculada à Secretaria de Portos da Presidência da República - SEP, é dotada de personalidade jurídica de direito privado e regida por legislação que trata do regime jurídico da exploração dos portos organizados e das instalações portuárias. O objeto social da CODESA, em harmonia com os planos, programas e orientações da SEP, é exercer a função de Autoridade Portuária e administrar e explorar comercialmente os portos organizados de Vitória, Praia Mole e Barra do Riacho e demais instalações portuárias localizadas no Estado do Espírito Santo que lhe forem incorporadas.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da CODESA foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 e suas respectivas alterações, e Pronunciamentos Contábeis – CPC, exceto pelo disposto na Nota Explicativa 31.

As provisões passivas contingentes estão em conformidade ao Pronunciamento Técnico CPC 25, conforme mencionado na Nota Explicativa 21. Com base em informações da Coordenação Jurídica a companhia faz anualmente estudos do passivo judicial em trâmite na Justiça do Trabalho e Comum Estadual, sendo as contingências classificadas entre (i) prováveis – para as quais são constituídas provisões, (ii) possíveis – apenas divulgadas e não provisionadas e (iii) remotas – não requerem provisão e nem divulgação.

A CODESA é patrocinadora do Plano de Benefícios PORTUS 1 - PBP1, conforme mencionado na Nota Explicativa 31. O acordo firmado entre a CODESA e o PORTUS, para pagamento da participação correspondente ao tempo de serviço prestado pelos empregados quando da adesão da CODESA ao plano de pensão, vem sendo pago regularmente. Considerando os fatos e eventos em controverso entre as partes, a CODESA aguarda correspondência oficial do PORTUS – Instituto de Seguridade Social em relação à dívida com o plano em 31/12/2016 a respeito das contribuições normais, extraordinárias. O déficit apontado pela

Carta Circular Interv - Coratu – M 008/2015, de 05 de março de 2015, no montante de R\$139.546.252,94 não foi reconhecido conforme estabelece o Pronunciamento técnico CPC 33 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS –, tendo em vista que a Companhia contesta a dívida.

2.1 Aprovação das demonstrações contábeis

A emissão das demonstrações contábeis, após aprovadas em DIREXE, foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 10 de março de 2016.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram adotadas uniformemente em todos os exercícios apresentados, exceto quando indicado.

3.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são preparadas e estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e, a moeda de apresentação da CODESA.

3.2 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios sendo a receita de serviços prestados reconhecida no resultado em função de sua realização.

3.2.1 Reconhecimento de receita

A receita considera o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no andamento normal das operações da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e contribuições, devoluções e abatimentos. A CODESA reconhece a receita quando o valor da receita pode ser seguramente mensurado, sendo provável que benefícios econômicos futuros se reverterão em favor da Companhia. A CODESA reconhece em seus resultados a receita de prestação de serviços tomando como base os serviços realizados até a data do balanço.

3.3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração das demonstrações contábeis é realizada em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil que requerem por parte da Administração

da Companhia o uso do julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando aplicável. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para demandas trabalhistas e cíveis, ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados e outras provisões. Os valores efetivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

3.3.1 Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e são avaliadas periodicamente.

3.3.2 Provisões para contingências

As provisões para contingências, relacionadas a processos judiciais, trabalhistas e cíveis, são reconhecidas quando a CODESA tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, e quando considerado provável o risco de perda de uma ação judicial, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, conforme a Nota Explicativa 21. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos possíveis desembolsos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com base no parecer dos consultores jurídicos da Companhia.

3.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional em espécie, depósitos bancários e investimentos de curto prazo por aplicações no mercado aberto, com vencimento igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor, que são utilizados pela Companhia para gestão financeira e liquidação de seus compromissos de curto prazo (Nota 04).

3.5 Almoxarifado

Compreende, basicamente, materiais de consumo avaliados ao custo médio de aquisição (média ponderada móvel), não excedente ao valor de mercado.

3.6 Provisão de férias

A provisão das férias e seus respectivos encargos estão calculados em função dos direitos adquiridos até a data do balanço.

3.7 Despesas antecipadas

Inclui a aplicação de recursos cujos pagamentos ocorrem antecipadamente em relação aos benefícios que ocorrerão em períodos futuros. A parcela das despesas é reconhecida no resultado de acordo com o princípio da competência (Nota 8).

3.8 Seguros

A Companhia possui seguros destinados à cobertura de seus bens de valores relevantes. A Administração da Companhia considera que o montante contratado nas apólices de seguros em vigor é suficiente para cobrir eventuais sinistros, tendo em vista a natureza das suas operações e a orientação de seus consultores de seguros (Nota 8.1).

3.9 Ativos não circulantes

3.9.1 Depósitos judiciais

A Companhia tem recursos financeiros bloqueados, mantidos na Caixa Econômica Federal e no Banco do Brasil, em razão de determinação da Justiça do Trabalho, objetivando resguardar futuras decisões das demandas em curso (Nota 9).

3.9.2 Investimentos, Imobilizado e Intangível

Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, atualizado monetariamente até 31 de dezembro de 1995, retificados por provisões para perdas julgadas pela administração e quando aplicável, de acordo com as normas vigentes (Nota 11). O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, atualizado monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzido da respectiva depreciação. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens (Nota 12.1). A companhia possui registrados direitos de uso de *software*, rede de telecomunicações e dados e estudos e projetos, pelo custo de aquisição, deduzido dos valores amortizáveis, calculados pelo método linear ao longo de suas vidas úteis (Nota 12.2).

3.10 Obrigações

As obrigações são demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluídos os encargos e as variações monetárias incorridas e deduzidos das correspondentes despesas, quando aplicável.

3.11 Empréstimos

O valor contábil dos empréstimos contempla os encargos financeiros e as variações monetárias incorridas e estão apropriados no resultado do exercício até a data do balanço, conforme demonstrado na (Nota 16).

3.12 Imposto de renda e contribuição social

Os tributos incidentes sobre o lucro compreendem o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido corrente. Esses tributos são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo corrente é calculado com base na legislação tributária sendo o imposto de renda calculado à alíquota-base de 15%, acrescida do adicional de 10%, e a contribuição social calculada a alíquota de 9%. A administração da Companhia avalia, periodicamente, as questões registradas nas declarações de imposto de renda e registra provisões, com base nos valores que deverão ser pagos aos entes fiscais.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Contas	2015	2014
Bancos conta movimento	181.720	49.227
Aplicações financeiras	67.135.449	57.212.788
Subtotal	67.317.169	57.262.015
Contas SIAFI/Convênio SEP	6.710.490	18.395.127
Subtotal	6.710.490	18.395.127
Total	74.027.659	75.657.143

A conta "SIAFI" registra valores recebidos da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira, disponíveis para custear os investimentos da Companhia. Posteriormente, por meio de decreto, o aumento do capital social da Companhia é autorizado, com a emissão de novas ações da União. A conta "Convênio SEP" registra valores recebidos por meio de convênios firmados entre a Secretaria de Portos – SEP e a Companhia Docas do Espírito Santo – CODESA. Os convênios vigentes têm como objetivo o repasse de recursos para execução do gerenciamento ambiental integrado da

obra de dragagem de aprofundamento e derrocagem no Porto de Vitória e recursos para serviços técnicos de apoio à fiscalização das obras.

Os valores aplicados decorrentes dos convênios são transformados em aumento de capital. Na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, as contas "SIAFI" e "Convênio SEP" foram excluídas do total do disponível, e consideradas como atividades de investimento por estarem vinculadas a formação de ativos destinados ao imobilizado.

5. Contas a receber

Contas	2015	2014
Contas a receber de clientes	6.696.697	4.774.253
Provisão p/Crédito de Liquid. Duvidosa	(1.015.250)	(762.069)
Contas a receber de clientes líquido	5.681.447	4.012.184
Devedores diversos	10.860	9.714
Valore a apropriar	65.030	2.000
Total	5.757.337	4.023.898

5.1 Contas a receber de clientes

Os valores de contas a receber são provenientes da prestação de serviços pela Companhia. A provisão para crédito de liquidação duvidosa – PCLD, que representa alguma incerteza no recebimento de créditos, foi mensurada e reconhecida a partir da experiência da Companhia e no histórico das perdas efetivas. A constituição e a reversão da provisão para créditos de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes inadimplentes são reconhecidas como despesas de vendas no resultado do exercício. Os valores a receber vencidos a mais de 01 ano estão registrados na conta Clientes longo prazo.

5.2 Devedores diversos

Representa direitos de créditos de clientes sustentados por acordos negociados com a CODESA.

5.3 Valor a apropriar

Registra adiantamentos efetuados a fornecedores e suprimentos de fundos.

6. Adiantamentos a funcionários

Contas	2015	2014
Adiantamentos salários/13º Salários	40.754	40.707
Férias	963.703	852.889
Empréstimos de férias-OF-346-09/05/85	776.038	590.695
Salário maternidade	22.790	34.748
Assistência médica/odontológica	15.911	137.865
Diárias de viagem	11.955	10.122
Outros adiantamentos a empregados	6.200	4.843
Total	1.837.351	1.671.871

O saldo das contas é referente a adiantamentos legais concedidos a empregados e que geram direito de crédito a ser descontado em folha de pagamento salarial em períodos subsequentes. O Adiantamento de Férias é descontado no mês subsequente e o empréstimo de férias em 10 parcelas.

6.1 Assistência médica e odontológica

A companhia oferece benefício participativo de assistência médica e odontológica para os seus colaboradores, estendido também aos aposentados. No exercício social de 2015 houve um gasto de R\$1.696.668 e uma recuperação de R\$1.045.839 por meio de desconto em folha de pagamento dos colaboradores ativos e de pagamento direto dos beneficiários aposentados.

Existe um crédito acumulado em função do benefício participativo considerar uma margem de consignação de até 30% do salário mensal dos colaboradores ativos que limita o valor dos descontos, e em função da forma de cobrança da parte dos aposentados. A cobrança dos aposentados sofreu alteração a partir de 2015, quando foram iniciados procedimentos de controle para a utilização do benefício. Este crédito que em 31/12/2015 é de R\$7.640.997 foi registrado como despesa nos períodos em que foram incorridos os gastos, impactando o resultado de exercícios sociais anteriores. Parte deste valor provável de recuperação, no montante R\$1.879.926,55 foi contabilizado como um ativo de longo prazo, e está sendo transferido para o ativo circulante e baixado à medida que ocorrem os pagamentos. O saldo deste ativo de longo prazo em 31/12/2015 é de R\$859.020,17.

7. Impostos e contribuições a compensar e a recuperar

Contas	2015	2014
Imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ	2.570.810	1.677.826
Contribuição social s/ lucro líquido – CSLL	547.341	255.979
COFINS Lei 9.430/1996 e a recuperar	808.749	562.797
PIS/PASEP	175.256	121.965
IRRF S/ aplic. financeiras	1.320.551	1.714.008
Outros impostos a recuperar	15.225	174.961
Total – Ativo circulante	5.437.933	4.507.535
Processo Refis - SRF	4.198.390	3.897.609
Total – Ativo não circulante	4.198.390	3.897.609

Os impostos e contribuições a compensar e a recuperar referem-se créditos retidos na fonte e a saldos remanescentes de períodos anteriores ao de 2015, a serem utilizados pela CODESA como compensação e/ou recuperação no pagamento dos impostos. O valor no longo prazo relativo ao “Processo Refis-SRF” refere-se a pagamento já efetuado ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e não considerado no momento da adesão da CODESA ao novo Refis. Este valor é atualizado monetariamente e aguarda homologação da Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) para amortizar a dívida atual do Refis.

8. Despesas antecipadas

Contas	2015	2014
Seguros de bens imóveis	-	277.250
Seguros Responsabil. Civil Administr.	229.167	-
Assinatura de jornais e revistas	3.259	6.145
Licença de <i>software</i>	3.974	303.346
Total	236.400	586.741

8.1 Seguros de bens móveis e imóveis

A CODESA renovou contrato de seguro com a empresa Yasuda Marítima Seguros cuja vigência das apólices compreende o período de 26/12/2015 a 26/12/2016. A renovação do seguro foi contabilizada em janeiro de 2016 em função de atraso na documentação.

Seguros			
Apólice	Prêmio	Objeto segurado	Cobertura
1800113321	5.050,39	Prédio/conteúdo: Incêndio, Raio, Explosão/Implosão.	886.986,28
1800113322 / 1	278.254,72	Prédio/conteúdo: Incêndio, Raio, Explosão/Implosão.	22.030.016,52
1800113322 / 2	278.254,72	Prédio/conteúdo: Incêndio, Raio, Explosão/Implosão.	7.456.601,00

8.2 Assinatura de jornais e revistas

A CODESA assina, anualmente, jornais e periódicos para orientação dos colaboradores das áreas de operação e da administração com a finalidade de mantê-los atualizados em suas tarefas.

8.3 Licença e direito de uso de software

O grupo Despesas Antecipadas - aquisições de softwares e direitos de uso foi reduzido em 2015 pela transferência do Sistema de Gerenciamento e Informação do Tráfego de Embarcações VTMS - *Vessel Traffic Management Information System* para o Ativo Intangível.

9. Depósitos judiciais trabalhistas e cíveis

Representam ativos da Companhia relativos a valores depositados e mantidos em juízo, por determinação da Justiça do Trabalho, objetivando resguardar futuras decisões das demandas em curso. Partes desses valores são liberadas para os reclamantes em processos trabalhistas e outra parte permanece depositada em conta judicial. A baixa dos valores liberados aos reclamantes e em favor da CODESA é realizada mediante a emissão de alvarás pela justiça. Durante o exercício de 2015 ocorreram depósitos e bloqueios no montante de R\$5.283.410,52 mais juros/atualizações dos valores no montante de R\$1.004.081,80. Houve liberação aos reclamantes, incluindo custas e encargos, o montante de R\$4.495.830,84. Os depósitos recursais efetuados pela CODESA foram de R\$395.032,80 e os depósitos trabalhistas foram de R\$4.445.996,64. As baixas de valores em favor da CODESA foram de R\$1.025.694,89. Os saldos constantes na conta "Direitos Realizáveis a Longo Prazo", apurados com base nos lançamentos relativos a processos trabalhistas e cíveis, estão demonstrados a seguir:

Contas	2015	2014
Depósitos judiciais trabalhistas	18.366.399	18.341.621
Depósitos recursais	2.758.299	2.449.674
Depósitos judiciais - Outros	3.981.419	3.548.857
Repasso Justiça - Banco do Brasil	9.454.567	9.454.567
Outros	85.078	85.078
Total	34.645.763	33.879.796

10. Clientes não circulante

Registram valores de provisão para créditos de liquidação duvidosa, de longo prazo, baixados conforme a realização dos recebimentos devidos.

11. Outros valores a receber (não circulante)

Contas	2015	2014
Adiantamentos diversos	202.659	174.967
Créditos a recuperar	4.269.816	3.961.718
Fundos de investimentos	120.712	118.690
Total	4.593.187	4.255.374

Crédito a recuperar - REFIS – Programa de Recuperação Fiscal contempla valores a receber decorrente de processo em andamento no âmbito da Receita Federal do Brasil – RFB. Os Fundos de Investimento contemplam Fiset, Empréstimos compulsórios e Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND. O FND, cujo saldo em 31/12/2015 é de R\$72.359, foi extinto pela Medida Provisória nº 517, de 30 de dezembro de 2010 e pela Lei nº 12.431/11, art. 23 os bens serão inventariados em processo sob a coordenação e supervisão do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, tornando a União sua sucessora nos direitos e obrigações e ações judiciais. Os demais valores que compõe a conta de Fundos de Investimentos são Embraer (R\$1.061,68), Fiset - Fundo de Investimento Setorial (R\$12.478,25) e Empréstimos Compulsórios (R\$34.813,96). Adiantamentos diversos registram valores a receber não contemplados no ativo circulante.

12. Imobilizado, intangível

12.1 Imobilizado

Imobilizado líquido	Taxa depreciação	2015	2014
Terrenos	-	11.056.064	11.056.669
Obras complementares	4% a 5%	2.708.013	3.071.628
Obras civis	4% a 20%	183.995.221	193.109.468
Instalações	10%	4.409.224	3.688.345
Máquinas e equipamentos	5% 25%	1.508.808	2.172.347
Móveis e utensílios	10%	673.696	606.870
Equip.de proc. eletrônico de dados	20%	928.465	679.971
Imobilizado em curso	-	148.896.320	81.181.426
Total	-	354.175.811	295.566.723

Os itens do imobilizado, mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, em 2015 é de R\$454.778.148,42, sendo sua depreciação acumulada

no valor de R\$100.602.337,84. Em 2014 o imobilizado era de R\$386.123.961 e a respectiva depreciação acumulada de R\$90.557.238.

Em 2015 a CODESA realizou trabalho de adequação no seu imobilizado para sanar divergências entre o controle patrimonial dos seus bens e os registros nas demonstrações financeiras.

Foram realizados ajustes nas contas de depreciação acumulada no montante de R\$641.125,35 e na conta de ativo imobilizado no montante de (-) R\$480.609,02, relativos aos períodos de 2013 e 2014 em função de readequação na sistemática que gera o cálculo das depreciações mensais. O inventário físico apontou divergências que estão sendo tratadas pela gestão da CODESA.

O cálculo do teste de recuperabilidade foi realizado em fevereiro de 2015, conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC 01 e não apontou probabilidades de não recuperação dos ativos da CODESA. Os valores de Imobilizado em curso são referentes a investimentos em dragagem, derrocagem e obras realizadas nos diversos cais do porto.

12.2 Intangível

Intangível líquido	Taxa amortização	2015	2014
Software	20%	243.654	299.813
Estudos e projetos	20%	49.731	46.909
Rede telefônica e com. de dados	10%	62.179	73.260
Projeto VTMISS	20%	1.121.539	-
Outros	10%	46.909	57.951
Total	-	1.524.013	477.933

O intangível em 2015 é composto por R\$8.241.361,95 e sua amortização acumulada de R\$6.717.349,18. Em 2014 o intangível era no valor de R\$6.969.950 e a amortização acumulada R\$6.492.016. O aumento do intangível ocorreu em função da reclassificação dos bens que formam o Sistema de Gerenciamento e Informação do Tráfego de Embarcações VTMISS - *Vessel Traffic Management Information System*, anteriormente classificados no grupo de Despesas Antecipadas (nota 8.3).

13. Fornecedores de bens e serviços

Contas	2015	2014
Bens e serviços	1.743.657	2.233.441
Total	1.743.657	2.233.441

O fornecimento dos bens e serviços é evidenciado pela emissão da nota fiscal (competência) sendo feitas as retenções legais para o cumprimento da Lei nº 9.430/96, regulamentada pela Instrução Normativa da SRFB IN nº 1.234/12, e legislação supletiva no que tange ao INSS e ISS. O fornecimento de Vale Alimentação é pago pela empresa sendo que parte do valor é descontada dos funcionários folha de pagamento.

14. Obrigações sociais e assistenciais

As obrigações sociais e assistenciais referem-se à provisionamentos de férias, encargos sociais e a outras obrigações assistenciais decorrentes de benefícios a empregados, registrados por competência, para realização nos meses subsequentes ao do fato gerador.

Contas	2015	2014
Folhas a pagar	3.001	5.030
Provisão para férias e encargos	4.798.191	4.575.421
Assistência médica/odontológica - P. Física	106.554	90.095
Assistência médica/odontológica - P. Jurídica	264	8.678
Total	4.908.010	4.679.224

15. Obrigações fiscais e trabalhistas

Obrigações	2015		2014	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
FGTS	376.619	-	333.792	-
INSS	1.126.194	-	1.040.561	-
REFIS	3.189.068	4.508.372	3.188.872	5.966.223
PORTUS/RTSA	1.070.500	11.494.556	1.070.500	11.220.507
PASEP	215.299	-	193.105	-
COFINS	1.004.295	-	889.565	-
IRPJ	183.057	-	110.863	-
CSLL	71.730	-	71.357	-
FUNDAF	52.380	-	52.380	88.873
OUTRAS	-	26.073	-	29.834
Totais	7.289.141	16.029.001	6.950.997	17.305.437

As obrigações fiscais e trabalhistas da CODESA são provisionadas com base no regime de competência e quitadas no mês seguinte ao do fato gerador. As obrigações relativas ao REFIS - Programa de Recuperação Fiscal, PORTUS - Instituto de Seguridade Social e FUNDAF - Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização, contraídas em exercícios anteriores e reconhecidas em períodos subsequentes, apresentam saldo de curto e longo prazo, sendo todos os compromissos regularmente cumpridos.

A dívida relativa aos REFIS junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, parcelada em 90 meses e corrigidas pela Selic vem sendo paga regularmente pela Companhia e que aguarda a homologação pela RFB para aproveitamento do crédito (nota 7) e conseqüente redução do seu saldo devedor. As obrigações relacionadas ao PORTUS, relativas à RTSA – Reserva de Tempo de Serviço Anterior, são corrigidas pela INPC-IBGE e pagas mensalmente, conforme contrato em vigor.

A dívida de R\$88.873,15 remanescente em 31/12/2014, relativa ao FUNDAF, terminou em janeiro de 2015.

16. Empréstimos e financiamentos

Refere-se ao Contrato Particular de Cessão de Crédito nº 98.2.288.8.1, celebrado entre a CODESA e o e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em 23/06/1998, renegociado por meio do Aditivo nº 01 de 12/05/2006, com amortização do saldo devedor em 48 parcelas trimestrais e 144 mensais a partir de junho de 2006, reajustado pela variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, observando a sistemática prevista, acrescido de juros de 3% ao ano, tendo como garantia os direitos de crédito decorrentes do Contrato de Arrendamento celebrado com o TVV – Terminal de Vila Velha S/A, para exploração dos berços 203, 204 e 205 do Cais de Capuaba. O montante consolidado relativo ao empréstimo é demonstrado como segue:

Empréstimos	2015		2014	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
BNDES	1.550.500	202.923	1.550.500	940.268

17. PSP - Adiantamentos de clientes / Credores por depósitos caucionados

Contas	2015	2014
PSP adiantamento de clientes	1.434.021	1.305.127
Credores por depósitos caucionados	11.601	17.325
Total	1.445.622	1.322.452

Refere-se a pagamentos exigidos, a título de adiantamento dos serviços portuários (PSP), aos seus clientes, antes da prestação do serviço pela CODESA. Credores por depósitos caucionados referem-se a valores exigidos pela CODESA aos seus clientes, a título de garantia, podendo ser em dinheiro ou escritural.

18. Depósitos contribuições e consignações a recolher

Os valores consignados referem-se a retenções sobre pagamentos efetuados a funcionários e também a terceiros, cujos recolhimentos ficam a cargo da Companhia.

Contas	2015	2014
IRF - Imposto renda na fonte	797.536	665.850
Empréstimos Banestes	84.639	76.056
Empréstimos Banco do Brasil	67.508	65.036
Lei 9430/96-IRPJ-CSLL-COFINS-PIS-PASEP	686.011	480.933
INSS Retenção serv. prestados terceiros	247.450	284.125
Outros	15.279	-
Total	1.898.424	1.572.000

19. Imposto sobre serviços/repassse

A CODESA faz o recolhimento dos valores relativos ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, relativo ao seu faturamento, e nos casos de atribuição de responsabilidade tributária, procede à sua retenção e recolhimento do ISSQN devido. A CODESA contesta judicialmente junto à Prefeitura Municipal de Vitória a cobrança sobre faturamentos da Tabela I por entender não haver prestação de serviço nessa tabela, e conseqüentemente a não incidência do ISSQN.

CONTA	2015	2014
ISS - PORTO VITORIA - TAB.I	1.194.800	1.194.800
ISS - PORTO DE VILA VELHA	79.111	98.002
ISS - VITORIA - II	119.397	81.748
ISSQN VITÓRIA - LEI 6075/03	9.141	8.377
ISSQN VILA VELHA - LEI 4127/03	242.277	444.446
ISSQN ARACRUZ	-	2.181
Total	1.644.725	1.829.553

20. Créditos de arrendamentos e cessão de uso de áreas

Arredamentos	2015		2014	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
PETROBRAS	4.000.000	32.000.001	4.000.000	34.000.001
TECHNIP	109.091	-	1.418.182	-
Totais	4.109.091	32.000.001	5.418.182	34.000.001

Valores recebidos antecipadamente referentes a contratos de arrendamentos operacionais e que são reconhecidos linearmente durante a vigência do contrato. O contrato de cessão de direito de uso firmado com a PETROBRAS, relativo à área no Porto de Barra do Riacho, pertencente à CODESA, abrange o período de 02/10/2008 a 30/09/2033 e visa atender ao PLANGÁS – Plano de Antecipação da Produção Nacional de Gás Natural, instituído pelo Governo Federal, para escoamento de gás liquefeito de petróleo e gasolina natural, conforme contrato constante do processo administrativo de nº 3453/2007.

21. Provisões para contingências

As ações trabalhistas e cíveis da CODESA, discutidas nas esferas administrativa e judicial, são amparadas por depósitos judiciais quando aplicável. As provisões para perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparadas por relatórios técnicos da assessoria jurídica interna da companhia e de seus consultores jurídicos contratados, que fazem o acompanhamento periódico dos processos. Em 2015 a CODESA baixou o montante de R\$4.359.856 relativo a ações judiciais trabalhistas e de R\$63.981 relativos a ações cíveis, conforme liberações de alvarás judiciais. Atendendo o que preconiza o CPC 25 que trata da provisão para contingências, em 2015 foram estornados os valores de R\$4.944.909 e de R\$449.091 provisionados para ações trabalhistas e civis respectivamente, com base nas análises jurídicas, indicando uma redução no passivo contingente provável. O Passivo contingente POSSÍVEL, resultante das análises jurídicas apontam os valores R\$27.156.594 de ações cíveis e de R\$1.685.278 de ações trabalhistas.

Provisões para contingências	2015		2014	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Provisão p/ contingências trabalhistas	3.003.547	15.155.347	2.990.451	24.473.207
Provisão p/ contingências cíveis	2.436.019	658.150	2.500.000	1.107.241
Totais	5.439.566	15.813.497	5.490.451	25.580.448

22. Adiantamentos para futuro aumento de capital

Os investimentos realizados pelo Governo Federal na CODESA são registrados no ativo imobilizado em contrapartida do passivo AFAC – Adiantamento para futuro aumento de capital, sendo que estes valores são incorporados ao patrimônio da CODESA por meio de aumento de capital com a emissão de novas ações. O saldo remanescente de investimentos feitos pelo Governo do Estado do Espírito Santo podem ser incorporados, para manter a proporcionalidade de participação acionária, mediante autorização para o procedimento de aumento de capital.

Acionistas	2015	2014
AFAC Governo Federal	59.954.817	15.355.680
AFAC Governo Estadual	386.027	460.402
Total	60.340.844	15.816.082

23. Participações no lucro e cálculo dos Dividendos

23.1 Participações nos lucros

A CODESA reconhece uma provisão para pagamento de participação dos seus empregados no lucro do exercício, conforme Deliberação nº 005/2014 de 27 de junho de 2014, tendo em vista o Ofício nº 758/15 e Nota Técnica nº 325/CGPOL/DEST/SE-MP de 25 de agosto de 2015, no qual se manifesta sobre a proposta de implantação do Programa de Participação nos Lucros e Resultados - PLR. O pagamento desta provisão consta do acordo coletivo de trabalho, está vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos.

Lucro Líquido antes PLR		11.880.839
(-) Participação Empregados	6,25%	(742.552)
Lucro Líquido do Exercício		11.138.286

23.2 Cálculo do dividendo mínimo obrigatório

Conforme o estatuto social da CODESA é assegurado aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal de 5%, nos termos do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações. A proposta de distribuir dividendos no valor de R\$1.822.246,81 está sendo encaminhada pela administração da CODESA para aprovação na assembleia geral ordinária a ser realizada em 20/04/2016.

Distribuição do lucro líquido

Lucro Líquido do Exercício		11.138.286
(-) Reserva legal	5%	(556.914)
Lucro Líquido após reserva		10.581.372
(-) Saldo Lucro/Prej. acumul. exercício anterior		-
(+/-) Ajustes exercícios anteriores		1.511.646
(=) Lucro Líquido Ajustado		12.093.018
Dividendos	25%	(3.023.254)
Reserva de retenção de lucros		(9.069.763)

24. Outras obrigações

Obrigações	2015		2014	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Credores diversos	972.865	13.607	935.769	64.651
Obrigações c/fornecedores	-	7.850	-	100.368
Credores dep. Caucionados	-	235.118	-	235.118
Obrigações convênios	-	3.866.561	-	5.969.943
Totais	972.865	4.123.136	935.769	6.370.080

O valor da conta "Credores Diversos" refere-se a fornecedores de bens e serviços que não comprovaram certidões negativas e outros documentos hábeis, exigidos na prestação de serviços a empresas de economia mista ou que estão sendo questionados judicialmente e também o diferimento de uma receita relativa à negociação entre CODESA e Buaziz S/A referente ao Contrato nr. 036/98, envolvendo uma Moega, que vem sendo amortizada mensalmente com emissão de faturas para o parcelamento do devido contrato.

Em obrigações convênios estão registrados recursos recebidos por meio de convênios com a SEP destinados a (i) gerenciamento ambiental da obra de dragagem de aprofundamento e derrocagem no Porto de Vitória e (ii) recursos destinados aos gastos com fiscalização das obras de dragagem e aprofundamento por acessos aquaviários ao Porto de Vitória. Tem como contrapartida uma conta de aplicação financeira no Banco do Brasil, sendo que os rendimentos do saldo aplicado deverão ser capitalizados em futuro aumento de capital, desde que devidamente utilizados conforme o objeto do contrato. Entretanto o convênio prevê a restituição dos valores caso o projeto não seja executado ou se houver utilização de recursos em desacordo com o estabelecido no convênio. Em relação ao convênio SEP 719253/2009, considerando o Ofício nº 2120/2015/SPP/SEP-PR a Diretoria da CODESA aprovou a devolução do saldo remanescente do valor aplicado no Banco do Brasil.

Outras obrigações convênio SEP – longo prazo

Contas	2015	2014
ATIVO CIRCULANTE		
BANCO DO BRASIL S/A-CONVÊNIO SEP/PR	-	2.611.873
BANCO DO BRASIL CONVÊNIO 801712/2014	154.660	1.031.113
TOTAL	154.660	3.642.986
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
CONVÊNIO SEP/PR 719253/2009	484.075	2.611.873
CONVÊNIO SEP 801712/2014	1.055.528	1.031.113
CONVÊNIO SEP-RECURSOS P/ AUMENTO CAPITAL	2.326.957	2.326.957
Total	3.866.561	5.969.943

25. Patrimônio líquido

O Patrimônio Líquido da CODESA, no valor de R\$319.825.705 é composto pelo Capital Social de R\$297.940.097, Reserva legal no valor de R\$1.316.768 e Reserva de retenção de lucros no valor de R\$20.568.839.

25.1 Capital social

O Capital Social da CODESA passou de R\$273.490.299 em 31/12/2014 para R\$297.940.097 em 31/12/2015 com a capitalização de R\$24.449.798,58 de reservas de capital conforme aprovado na AGE de 23/06/2015 e homologado na AGE de 20/11/2015. As ações ordinárias tiveram um ingresso de 182.560.419 passando de 2.133.616.722 para 2.316.177.141 ações.

Acionistas	R\$	% Participação	Quant. Ações
Governo União	296.312.397	99,4536818332%	2.303.523.444
Governo Estado do Espírito Santo	1.627.695	0,5463162887%	12.653.653
RIOINVEST Cons. Emp. Part. Ltda	6	0,0000018781%	44
Total	297.940.097	100,0000000000%	2.316.177.141

25.2 Reserva legal

Constituída à base de 5% do lucro líquido do exercício social, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social, conforme estabelece o art. 193 da Lei das Sociedades por Ação, o valor foi acréscimo em R\$556.914 em função do lucro líquido de 2015 passando de R\$759.854 para R\$1.316.768.

25.3 Reserva de retenção de lucros

O Estatuto Social da CODESA prevê que do lucro líquido do exercício depois de compensar possíveis prejuízos acumulados e ajustes de exercícios anteriores, assim como constituição da reserva legal e cálculo dos dividendos, seja constituída Reserva de Retenção de Lucros, considerando o orçamento de capital previamente aprovado pela companhia.

A constituição de Reserva de Retenção Lucros no valor de R\$9.069.763 é composta pelo lucro remanescente do exercício de 2015, no valor de R\$7.558.117 e do valor apurado na conta de Ajustes de Exercícios Anteriores, no valor de R\$1.511.646 e será proposta pelos órgãos da Administração à assembleia a fim de deliberar sobre a retenção da parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado.

25.4 Ajustes de exercícios anteriores

A movimentação registrada na conta Ajustes de exercícios anteriores em 2015 é decorrente de ajustes e readequação de classificação do ativo imobilizado, em função do término da inserção de dados no sistema de patrimônio (conforme nota 12.1) e de adequação de créditos tributários provenientes de saldo negativo de IRPJ e CSLL, IRPJ e CSLL pagos a maior e Impostos Retidos na Fonte – Retenção da Lei 9.430/96.

O ajuste no montante de R\$480.609,02 é referente aos ajustes de classificação contábil de forma adequada no sistema de controle de patrimônio e o de R\$641.125,35 referente à ajustes de depreciação baixadas em duplicidade no exercício social de 2014. O valor de R\$1.672.162 relativos a créditos tributários provenientes de saldo negativo de IRPJ e CSLL, IRPJ/CSLL pagos a maior e aproveitamentos de Impostos Retidos na Fonte, foram reconhecidos como ativo circulante na conta “Impostos a Recuperar” (conforme nota 7). O saldo remanescente na conta de Ajustes de Exercícios Anteriores, no montante de R\$1.511.646, foi transferido para a conta de Reservas de retenção de lucros conforme (nota 25.3).

Ajustes exercícios anteriores	
Saldo em 31/12/2014	894.881
Transferência p/ Lucros Prejuízos acumulados	(894.881)
Ajuste ativo imobilizado	480.609
Ajuste de depreciação me duplicidade	(641.125)
Ajuste IRPJ/CSLL a maior em anos anteriores	1.672.162
Subtotal	1.511.646
Transferência p/ Reservas Retenção Lucros	(1.511.646)
Saldo em 31/12/2015	-

26. Receita operacional líquida

A receita operacional líquida é formada por receitas tarifárias e por receitas patrimoniais decorrentes de arrendamento de áreas no porto organizado sob jurisdição da CODESA, deduzida dos impostos incidentes sobre a prestação de serviços.

Contas	2015	2014
Receitas tarifárias		
Utilização de Infraestrutura portuária	70.304.493	60.041.997
Armazenagem	7.490.203	16.635.971
Movimentação de carga	11.068.083	11.684.916
Serviços diversos	15.809.754	11.538.367
Arrendamentos	28.279.432	30.541.928
Subtotal	132.951.965	130.443.179
Impostos incidentes sobre serviços	(14.683.581)	(14.605.318)
Total	118.268.385	115.837.861

27. Custos operacionais

Contas	2015	2014
Custos operacionais		
Pessoal e encargos sociais	34.059.481	31.113.105
Custos assistenciais	4.297.515	4.048.016
Serviços de terceiros	3.719.871	3.211.403
Utilidades e materiais	2.825.626	3.016.308
Seguros	277.250	263.099
Depreciação e amortização	9.846.378	9.992.395
Perdas Estimadas C/ Créditos Liq. Duvidosa	253.183	(585.008)
Total	55.279.305	51.059.318

28. Despesas operacionais

Contas	2015	2014
Despesas administrativas e gerais		
Pessoal e encargos sociais	28.107.882	25.139.079
Despesas assistenciais	10.532.818	10.673.850
Serviços de terceiros	11.218.782	9.314.352
Utilidades e materiais	5.009.446	3.890.960
Depreciação e amortização	560.254	269.724
Outras	120.047	-
Total	55.549.228	49.287.966

29. Resultado financeiro líquido

Contas	2015	2014
Receitas financeiras	7.391.388	8.507.100
Variação monetária ativa	836.102	253.598
Despesas financeiras	(2.260.942)	(1.828.212)
Variação monetária passiva	(5.467.199)	(6.106.320)
Resultado financeiro líquido	499.349	826.165

30. Outras Receitas e Despesas operacionais

Contas	2015	2014
Outros ganhos/perdas de capital	24.995	1.905
Reversões Operacionais	90.403	1.070.390
Reversões Ações Judiciais	5.393.999	-
Receitas Eventuais	2.068.095	3.069.714
(-) Custo Venda Ativo Não Circulante	(1.192.259)	(2.650)
Resultado Receitas/Despesas Líquidas	6.385.233	4.139.359

31. Plano de pensão/entidade fechada de previdência privada

A Companhia é uma das patrocinadoras do PORTUS – Instituto de Seguridade Social, Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC, criada em 01/04/1979, para a suplementação de benefícios aos seus filiados, com o compromisso de contribuir mensalmente com parcelas proporcionais à paridade contributiva entre Patrocinadoras e Participantes, cuja contribuição está respaldada na Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/1998, fiscalizado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC em substituição a Secretaria de Previdência Complementar – SPC/MPS do Ministério da Previdência e Assistência Social. A PREVIC é responsável pela fiscalização e supervisão das Entidades de Previdência Complementar - EFPC e seus respectivos planos de benefícios. Com o objetivo principal propor a recuperação do PBP1, fiscalizar as ações da entidade, proteger e resguardar o direito de seus participantes e assistidos, com padrões mínimos de segurança econômico-financeira atuarial.

Em 23 de agosto de 2011 foi decretada a intervenção no PORTUS, através da Portaria nº 459, publicada no DOU de 23 de agosto de 2011 pela Diretoria Colegiada da PREVIC. A Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, do Ministério da Previdência Social (MPS), decidiu prorrogar até o dia 16 de junho de 2016 a intervenção no PORTUS – Instituto de Seguridade Social, de acordo com Portaria nr. 667, de 11 de dezembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União (DOU), no dia 14 de dezembro de 2015.

A CODESA, patrocinadora no Plano de Benefício Portus PBP1, em relação à dívida das contribuições normais, extraordinárias e do déficit cujo montante em 31/12/2014 é de R\$139.546.252,94 optou por não registrar nas Demonstrações Contábeis os valores apresentados pelo PORTUS conforme estabelece o CPC 33, tendo em vista que a Companhia contesta a dívida.

32. Maior e menor remuneração

Na forma do item 4, alínea "c", da Exposição de Motivos nº 139 do Ministério da Fazenda, de 17/03/1988, a CODESA divulga a remuneração mensal dos seus empregados e dirigentes. Em 31 dezembro de 2015 a maior e a menor remuneração estava composta da seguinte forma:

Descrição	Maior R\$	Menor R\$
Diretores	27.954	25.159
Empregados	26.396	1.991

33. Demonstração do resultado abrangente

A CODESA não apresentou a demonstração do resultado abrangente conforme determina o artigo 37 item 5 do Estatuto Social, tendo em vista que nos itens de receita e despesas não possuem resultados que incluem variações de reservas de reavaliações referente ao ativo permanente, ganhos e perdas, de plano de pensão, ganhos provenientes de conversão de demonstração de moeda estrangeira e ajuste de avaliação patrimonial de instrumentos financeiros.

Vitória (ES) 31 de dezembro de 2015.

GRACIANO ULISSES MERLO

PRESIDENTE /

DIRETOR DE INFRAESTRUTURA E OPERAÇÕES

MAYHARA MONTEIRO PEREIRA CHAVES

DIRETORA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO

ROBERTO CARLOS TELES BRAGA

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ETHEL BIANCHINE AREAL

COORDENAÇÃO CONTÁBIL E FISCAL

CONTADORA – CRC/ES – 5.618/O